



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Graduação

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Uma Abordagem Teórica sobre o Analfabetismo no Brasil

Beatriz Fernanda Prado
Andreia Nascimento da Silva (Orientadora)

RESUMO

Este artigo refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Pedagogia, e tem como tema principal o analfabetismo no Brasil e seus aspectos gerais. Por meio de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, este trabalho, mediante análise, resumo e fichamento de livros e artigos científicos publicados sobre o tema, tem como objetivo principal o de abordar sobre o cenário do alfabetismo no Brasil e os principais elementos que fazem parte desse contexto. Visando atender esse objetivo, procurou-se, como objetivos específicos, descrever o conceito de analfabetismo; compreender o cenário do analfabetismo no país, e identificar as principais políticas públicas nacionais voltadas para a erradicação do analfabetismo. Foram utilizadas diversas contribuições de estudiosos sobre o analfabetismo, tais como Braga (2014), Boeing et. al. (2015), Souza (2015), entre outros. Em todos os estudos foram realizadas sínteses a fim de se levantar os fenômenos relevantes aos objetivos, assim como promover uma maior compreensão deles.

Palavras-chave: Analfabetismo. Políticas Públicas de Alfabetização. Movimentos Sociais. Educação. Alfabetização.

ABSTRACT

This article refers to the Course Completion Work (CBT) as a partial requirement to graduate in Pedagogy, and its main theme is illiteracy in Brazil and its general aspects. Through a bibliographical research with a qualitative approach, this work, analyzing, summarizing and recording scientific books and published articles on the theme, has as main objective to approach the literacy scenario in

Brazil and the main elements that are part of the context. In order to meet this objective, we seek, as specific objectives, to describe the concept of illiteracy; understand the illiteracy scenario in the country and identify the main national public policies aimed at eradicating illiteracy. Several contributions have been made by illiteracy scholars, such as Braga (2014), Boeing et. al. (2015), Souza (2015), among others. In all the studies, syntheses were carried out to raise the phenomena relevant to the objectives, as well as promote greater understanding about them.

Keywords: Illiteracy. Public Literacy Policies. Social movements. Education. Literacy.

Introdução

O analfabetismo no Brasil é, de acordo com a interpretação dos dados levantados pelo IBGE (2015), alarmante, haja vista que possui uma grande quantidade de pessoas acima de 15 anos de idade que ainda não sabem ler e escrever, mesmo com as diversas e constantes políticas públicas voltadas para a erradicação do analfabetismo. Devido a sua grande extensão territorial, assim como as elevadas desigualdades sociais e econômicas, o Brasil possui esse elevado índice de analfabetismo, que representa que grande parte da sua população é incapaz de escrever, ler e interpretar um texto escrito.

Frente ao exposto, esse trabalho se justifica pela necessidade de se compreender os motivos que causam a elevada taxa de analfabetismo no Brasil, assim como o papel do Estado frente a esse cenário, elencando as principais políticas públicas voltadas para a alfabetização, principalmente dos jovens e adultos. Além disso, estudar esse problema social, entender o contexto histórico e econômico que levaram ao alto índice contribuirá consideravelmente na formação de uma sociedade melhor, inclusive na minha formação como pedagoga.

Mediante a relevância do tema para a sociedade de uma forma geral, esse trabalho tem como questão norteadora a seguinte indagação: Qual é a importância de se erradicar o analfabetismo tanto para o desenvolvimento pessoal de um indivíduo, como para o do país?

Tendo como base a questão norteadora descrita acima, esse trabalho tem como objetivo principal o de abordar sobre o cenário do alfabetismo no Brasil. Visando atender esse objetivo, procurou-se, como objetivos específicos, descrever o conceito de analfabetismo; compreender o cenário do analfabetismo

no país, e identificar as principais políticas públicas nacionais voltadas para a erradicação do analfabetismo.

A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa mediante análise de livros e artigos científicos publicados sobre o tema. Foram utilizadas diversas contribuições de estudiosos sobre o analfabetismo, tais como Braga (2014), Boeing et. al. (2015), Souza (2015), Ferreira (2010), entre outros. Em todos os estudos foram realizadas sínteses a fim de se levantar os fenômenos relevantes aos objetivos, assim como promover uma maior compreensão deles. Como critério de descarte, foram desconsiderados os fenômenos que não possuíam relação com a questão norteadora e os que não possuíam embasamento científico, garantindo, dessa maneira, uma maior veracidade de todos os dados que foram apontados no decorrer deste trabalho.

2 Aspectos Gerais do Analfabetismo no Brasil

2.1 Conceito de Analfabetismo

Entender a definição de analfabetismo é de grande importância para que haja a compreensão das diferentes abordagens existentes acerca do tema. No Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (AURÉLIO, 2014) encontra-se a definição do termo analfabetismo como “estado ou condição de analfabeto” e do termo Analfabeto como “aquele que não sabe ler e nem escrever”. A definição de analfabeto, segundo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) são pessoas que não sabem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

O termo analfabetismo absoluto é usado para designar a condição de indivíduos que não sabem ler e escrever; seu antônimo, o alfabetismo definido, segundo Soares et. al. (2008, p.15-16) como: “...ler e escrever... o domínio da “mecânica” da língua escrita, nessa perspectiva, alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita em língua oral (ler)”.

Os analfabetos funcionais, são indivíduos que tecnicamente são alfabetizados, ou seja, frequentou ou frequenta, passou ou está passando pelo processo de escolarização, porém não conseguem compreender textos simples

ou realizar operações matemáticas complexas. De acordo com Souza (2015), o termo analfabeto funcional foi utilizado, em alguns casos, para indicar um meio termo entre o analfabeto absoluto.

É considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, não tem as competências necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional (INAF, 2017).

Além dessas indicações, há também os analfabetos por regressão, que segundo Foucambert (1994, p. 118) são indivíduos que passaram pela escola e aprenderam o conteúdo de alfabetização, porém o domínio da leitura e da escrita foram perdidos por não serem utilizados com frequência.

O analfabetismo é apontado como um problema secular, que apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda possui porcentagens preocupantes. Nos dias atuais, há cada vez mais exigências que abrangem a leitura e a escrita, que é submetida como uma condição básica necessária para que um indivíduo tenha uma vida participativa na sociedade atual. Tornou-se um direito fundamental do ser humano, assim como a saúde.

De acordo com os estudos de Boieng et al. (2015), as definições de analfabeto sofreram algumas modificações ao longo do tempo e, conseqüentemente, surgiram novas denominações, como analfabeto funcional e iletrado/pouco letrado. Pensando no sujeito analfabeto, todavia, sabemos o que é ser analfabeto, sobretudo na sociedade em que vivemos e quais conseqüências a condição de analfabeto traz para a pessoa em seu convívio social e econômico.

A palavra letramento também é utilizada para classificar a alfabetização dos indivíduos. É uma palavra que foi inserida na língua portuguesa recentemente e por isso não é possível encontrar seu significado no dicionário. Esta palavra foi criada para nomear um fenômeno que passou a ser evidenciado mesmo com a superação do analfabetismo, onde cada vez mais cresce o número de pessoas que aprender a ler e a escrever, porém estas pessoas não incorporam a prática da leitura e escrita e por isso não leem jornais, não conseguem encontrar informações em catálogos, contas ou bulas de remédio, então ao aflorar esse fenômeno surgiu a palavra letramento. Letramento significa, segundo Magda Soares (2011), estado ou condição de quem não

apenas sabe ler escrever, mas cultiva executa as práticas sociais que usam a escrita.

Em contexto ao letramento Magda Soares (2011) aponta que a palavra letrado significa aquele que é versado em letras, sabe ler e escrever e passa a fazer o uso da leitura e da escrita na vida cotidiana e seu antônimo, a palavra iletrado é aquele que não tem conhecimentos literários, é analfabeto ou quase analfabeto sabendo ler e escrever mas não faz o uso da leitura e escrita no cotidiano.

Frente ao exposto, é fato que existem diversos tipos de analfabetismo, sendo, cada um deles, diferentes pela forma em que o entendimento e a compreensão da escrita ocorrem. Assim sendo, no próximo item deste trabalho será descrita a face do analfabetismo no Brasil, com a finalidade de ampliar o entendimento acerca de um assunto tão importante para a educação nacional.

2.2 Analfabetismo no Brasil

A Educação brasileira, historicamente, é um privilégio de poucos, quando, em sua essência, a qualidade era ofertada como artigo de luxo para quem detinha um poder econômico. Nessa esfera, a educação representava o valor de um homem dentro da esfera social, sendo visto pela sociedade como caracterização de um homem de posses.

Segundo Pinto (2000), para aumentar as possibilidades individuais dentro da educação, é necessário que o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade se modifique para resultar em uma valorização voltada ao exercício do trabalho: “Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos” (PINTO, 2000, p. 37).

No Brasil se encontram os maiores índices de evasão e repetência escolar, ficando entre os primeiros lugares em comparação com os países da América Latina. De acordo com um levantamento realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o país possui cerca de 16 milhões de analfabetos, ou seja, indivíduos que não são capazes de escrever e ler um simples bilhete, denominado, assim, como analfabetos funcionais (PINTO, 2000).

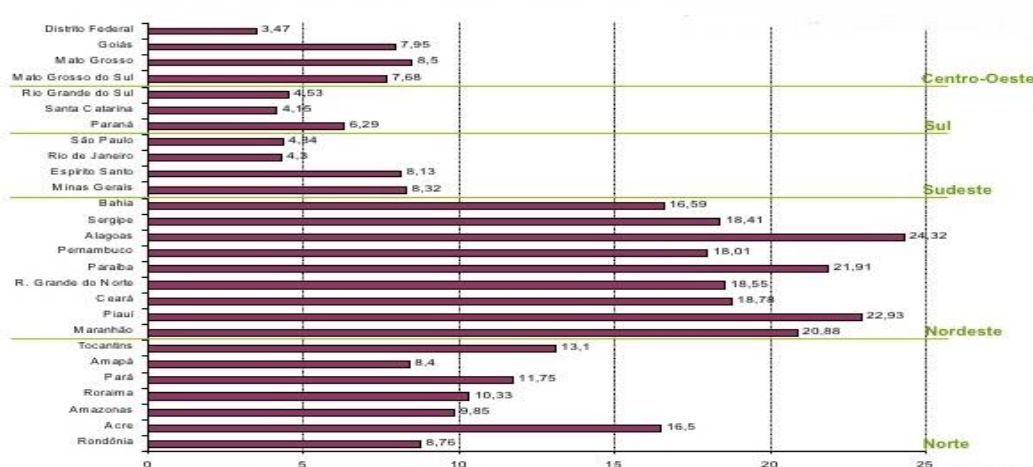
Segundo a mesma pesquisa, apesar da redução do acesso à escola medida nas últimas décadas e vindas de manobras governamentais que garantam o acesso de todos à escola regular, o cenário de analfabetismo no país ainda possui resultados alarmantes.

Aproximadamente, cerca de 10% dos municípios brasileiros possui metade dos analfabetos do país, sendo mais evidenciado nas capitais. Diretamente relacionado às raças discriminadas historicamente, os negros e os índios ocupam uma grande parcela do índice de analfabetismo no Brasil, mostrando que a pobreza possui um fator de alta influencia na educação nacional:

Abaixo desses bolsões, formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores de favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os boias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refaze-la (RIBEIRO, 1995, p. 209).

De acordo com os dados apontados no Gráfico 1, percebe-se que existe uma diferença constante nas taxas de analfabetismo no Brasil quando divide os números de acordo com o estado, que podem ser entendidos como reflexos de políticas educacionais, fatores sociais e, principalmente, aspectos econômicos.

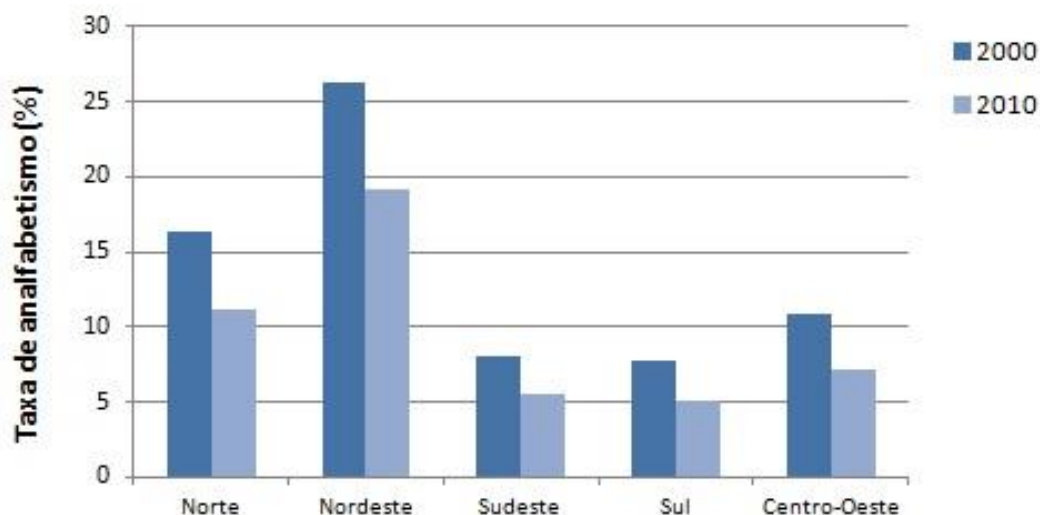
Gráfico 1: Analfabetismo nos Estados



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

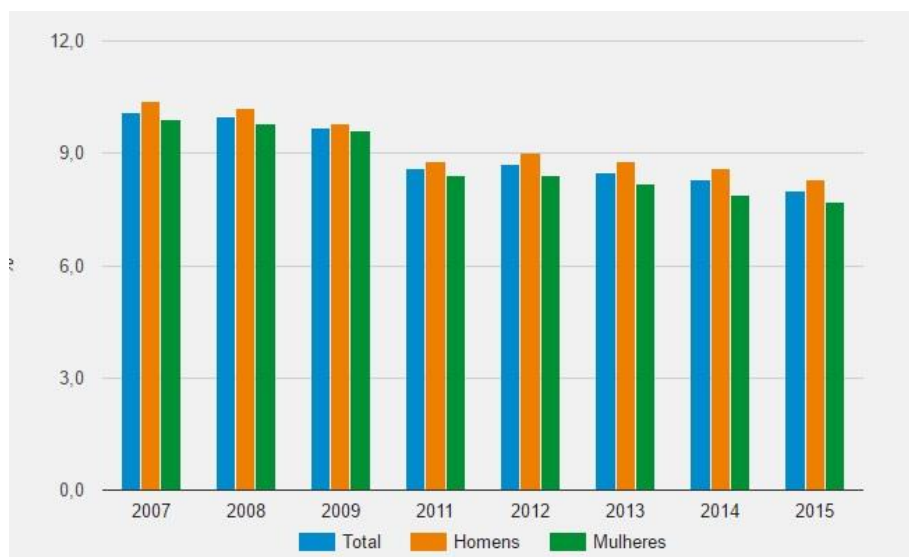
No Brasil, a região nordeste, composta em sua grande maioria pela população negra, os índices de analfabetismo se encontram entre os mais altos, de acordo com os gráficos 2, 3 e 4 apontados abaixo (IBGE, 2015):

Gráfico 2: Analfabetismo por Região no Brasil

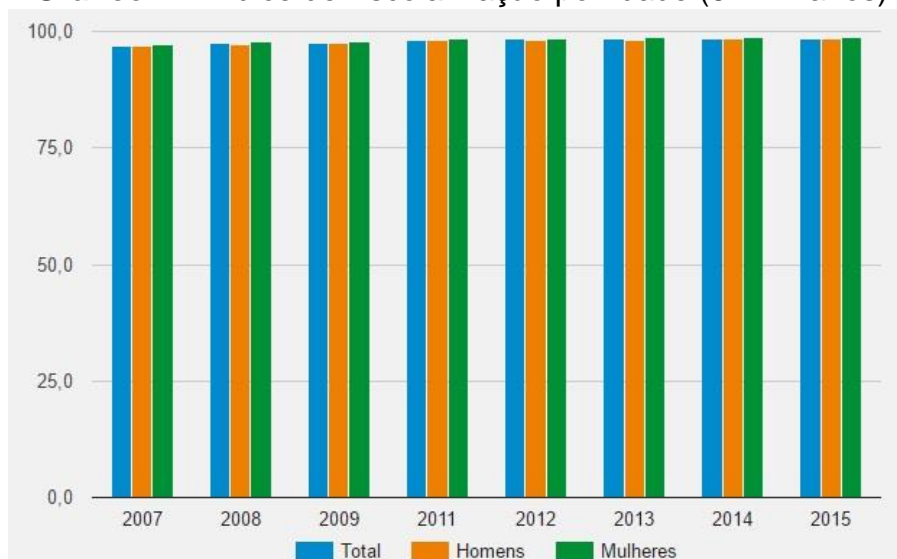


Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 3 – Analfabetismo por Idade (acima de 15 anos) e por Gênero



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

Gráfico 4 – Índice de Escolarização por Idade (6 – 14 anos)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

Como uma justificativa que explique o índice elevado de analfabetismo no país, mesmo com a alta taxa de escolarização, pode-se afirmar que as questões históricas como a escravidão, a colonização e o poder que a elite conservadora detinha se apoderando das riquezas do Brasil e segregando os que não possuíam bens são elementos primordiais que afetavam o sistema educacional e ainda resulta nos dias atuais (RIBEIRO, 1995).

Após intervenção de uma pressão internacional que buscava novas exigências no mercado de trabalho, o cenário da educação do Brasil começou a mudar, passando a ser ofertada educação de qualidade para todos sem distinção, e previsto na Constituição Federal (CF) de 1988.

2.3 Índices e Causa dos Analfabetismo Brasileiro

A Unesco afirmou em 2014 que 15% da população mundial é analfabeta, porcentagem equivalente à 758.000.000 pessoas. Contabilizou o Brasil em oitavo lugar nas pesquisas de países com os maiores índices de analfabetos adultos, em números significa cerca de 14 milhões de indivíduos (UNESCO, 2014).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2015) utiliza dados coletados em pesquisas anuais e mensais para contabilizar e controlar os indicadores da taxa de analfabetismo no Brasil. Segundo o IBGE, a taxa de

analfabetismo é conceitualmente a porcentagem de pessoas analfabetas de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

Embora tenha acontecido mudanças na educação e uma certa diminuição da taxa de analfabetismo, ainda há grandes taxas em regiões do Brasil, principalmente na região nordeste. Os dados contribuem para que possamos enxergar a necessidade e a importância da educação na vida dos indivíduos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad realizada pelo IBGE em 2015, o Brasil conta com 8% da população analfabeta, dentre as regiões do país, o Nordeste conta com o maior índice, cerca de 16,2%. A região norte vem logo atrás com 9,1%. A região Centro-oeste com 5,7%. O Sudeste com 4,3%. E por fim a região Sul com o menor índice, 4,1% (IBGE, 2015).

Com a finalidade de resolver o problema, o novo Plano de Educação (PNE) criado em 2011 para vigorar até 2020 desenvolveu metas a serem cumpridas na educação brasileira. A meta 9 do PNE determinava a diminuição da taxa de analfabetismo do país para 6,5% até o ano de 2015, porém essa meta não foi cumprida e o Brasil ainda conta com 11,8 milhões de analfabetos, cerca de 7,2% segundo o IBGE em 2015. A meta ainda determina que o analfabetismo no país seja erradicado, ou seja, eliminado do país até 2020.

O analfabetismo é considerado um problema que possui uma longa história no nosso país. É possível citar brevemente comprovações para esse fato. Almeida (2014, p. 206) comenta que no Brasil Colônia haviam “grandes negociantes ricos que não sabiam ler”; também no Brasil império o analfabeto só teria o poder de voto se possuísse bens e títulos; e por fim o baixo salário de professores que os impediam de transmitir o conhecimento. Além de fatos históricos, os motivos que causam o analfabetismo possuem fatores socialmente educacionais.

Os problemas sociais que afetam os analfabetos são as condições e exigências do trabalho, onde muitas vezes não é requisito obrigatório saber ler e escrever, em alguns basta a força braçal. Em âmbito educacional, o problema está voltado principalmente para a exclusão nas escolas, o não cumprimento da tarefa escolar e a expulsão de alunos que não conseguem alfabetizar, leva a escola a formar adultos analfabetos.

Não há garantias de se alcançar porcentagens de alfabetização altas e duráveis enquanto a escola primária não cumprir eficazmente sua tarefa alfabetizadora. Na medida em que a escola primária continuar expulsando grupos consideráveis de crianças que não consegue alfabetizar, continuará reproduzindo o analfabetismo dos adultos (FERREIRA JR., 2010, p. 19).

Outros fatores que contribuem para a existência do analfabetismo é o cansaço por trabalhar, o desemprego que impossibilita a compra de livros, a falta de autoestima, pais analfabetos que não estimulam seus filhos a irem para a escola e inexistência de escolar próximas. Por conta dessas dificuldades, os indivíduos acabam optando por acomodar-se em algo que não é necessário o uso da leitura e escrita. No Brasil ainda há a concepção de que os menos favorecidos não têm condições de aprender. Para mudar essa visão, a escola deve tomar providencias e desenvolver um ensino que alcance todos do país visando atender à diversidade.

3 Contextualização Histórica da Educação Brasileira

A educação no Brasil, dentro do seu contexto histórico, iniciou-se em 1549 por meio da chegada dos padres jesuítas. De acordo com os estudos de Cunha (1974), movidos por um desejo religioso e com o objetivo de propagar a fé cristã, os jesuítas foram os únicos educadores por mais de 200 anos no país. Ainda que tivessem fundados inúmeras escolas voltadas para o ensino da leitura, escrita e contação de histórias, o objetivo norteador dos jesuítas era manter uma escola secundária, sendo esta organizada para ofertar colégios de qualidade e, inclusive, modalidades equivalentes ao atual Ensino Superior.

Por volta de 1759, os jesuítas foram expulsos de suas colônias e de Portugal, fazendo com que o ensino ofertado à época fosse extinto pelas décadas seguintes. As medidas tomadas pelo Ministro de D. José I - o Marquês de Pombal – referente à instituição do Subsídio Literário, um imposto criado para financiar o ensino primário, não surtiram nenhum efeito (CUNHA, 1974).

No início do século XIX, mais precisamente em 1808, a sede do Reino de Portugal mudou de lugar e a família real veio para o Brasil-Colônia, e a educação tomou um novo formato, surgindo instituições culturais para o ensino técnico e, também, os primeiros cursos superiores, como por exemplo os voltados para a área da Medicina nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Porém, a educação

ofertada por D. João VI, rei vigente na época, atendia somente as necessidades imediatas da Corte Portuguesa que residia no país.

Segundo Cunha (1974), as aulas e cursos voltados ao cumprimento do objetivo de preencher as necessidades do império, provocou a continuidade da marginalização do ensino primário. Mediante a independência do país, em 1822, algumas mudanças no cenário sociopolítico foram esboçadas, principalmente no que se dizia respeito à política educacional.

Na Constituinte de 1823, foi associado, pela primeira vez, o sufrágio universal (processo eleitoral) e a educação popular, sendo um a base do outro. Ainda nesse documento, foi debatida a possibilidade de se criar universidades no país, tendo inúmeras propostas apresentadas para esse segmento. Com o surgimento dessas ideias, foi necessário haver um compromisso do Império, surgindo, assim, a Constituição de 1824.

Essa Constituição assegurava a instrução de ordem primária a todos os cidadãos, sendo essa gratuita. Confirmada pela Lei de 15 de outubro de 1827, determinou-se a criação de escolas em todas as cidades e vilarejos, envolvendo o trabalho de todos os poderes públicos. Porém, após o Ato Adicional de 1834 que delegava às províncias a legislação sobre a educação primária, o governo central se afastou da responsabilidade de assegurar uma educação de qualidade e elementar para todos, comprometendo, dessa forma, o futuro da educação no país.

O impedimento da universalização da educação, por meio da ausência do governo central no comando educacional, ampliou de forma alarmante a distância entre as elites e as camadas sociais da população. Somente em 1920, quando o cenário econômico-cultural do país se delineou após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil repensou seus conceitos políticos e educacionais (CUNHA, 1974).

Na esfera da Educação, o setor participou de um movimento voltado para a renovação de sua estrutura. Diversas reformas no ensino primário foram feitas dentro dos estados. Nesse mesmo período, surgiram grandes educadores, como Lourenço Filho e Anísio Teixeira, tentando implantar no país os conceitos da Escola Nova e divulgando o Manifesto dos Pioneiros, em 1932. Esse documento sintetizava todos os pontos centrais e redefinia o papel do Estado no âmbito da

educação, sendo promulgado, posteriormente, pela Constituição Federal de 1988.

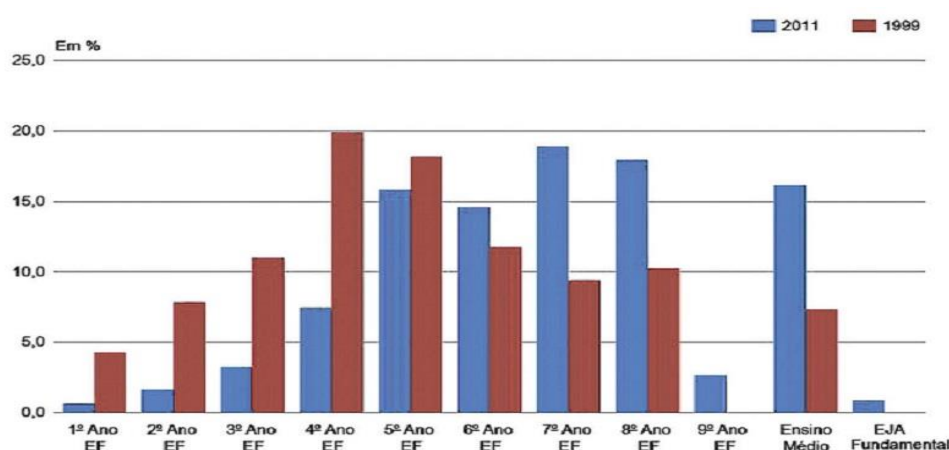
3.1 Evasão Escolar

A evasão escolar é um problema antigo no Brasil e que traz inúmeros problemas a ele, tanto nas esferas sociais, como na econômica. Todos os anos milhares de adolescentes e, inclusive, crianças, saem das escolas por não enxergar uma significação no conteúdo aprendido no ambiente escolar e para trabalhar, ajudando na renda familiar. Como resultado desse processo, a evasão escolar provoca, além de danos no desenvolvimento do indivíduo sentido a médio e longo prazo, o reflexo visualizado nas cadeias públicas e nos centros de internação de adolescentes, conforme aponta Digiácomo (2010, p. 1):

As consequências da evasão escolar podem ser sentidas com mais intensidade nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a lei, onde os percentuais de presos e internos analfabetos, semialfabetizados e/ou fora do sistema de ensino quando da prática da infração que os levou ao encarceramento margeia, e em alguns casos supera, os 90% (noventa por cento).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE entre 1999 e 2015, de acordo com o Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 - Índice de Evasão Escolar



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra, IBGE, 2015.

Os dados do Gráfico 6 abaixo mostram que as regiões norte e nordeste são líderes na estatística de evasão do país:

Gráfico 6 – Evasão Escolar por Região no Brasil



Fonte: Inep, 2006

As crianças e os adolescentes que são vítimas do descaso de famílias e dos governos estão amparadas pelo legislativo por meio de leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB9394/96 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que provocou avanços no que se diz respeito à proteção e consolidação das políticas públicas educacionais garantidoras do acesso à escola e a uma educação de qualidade para a população de baixa renda (BRASIL, 1996).

Sendo assim, é obrigação de todos os profissionais da escola e da sociedade zelarem pela permanência das crianças e dos adolescentes na escola, caso contrário os profissionais da educação e os responsáveis pelo aluno evadido podem responder por negligência. A população tem o poder e o dever de contribuir denunciando ao conselho tutelar o não cumprimento desses direitos por parte da família ou da escola.

3.2 Repetência de Ano Letivo

A repetência foi considerada, por muito tempo, um dos maiores problemas escolares no Brasil. Segundo Torres (2004), a repetência afeta a maior parte dos sistemas educacionais de todo o mundo. Antes do sistema de progressão continuada entrar em vigor no Brasil, a escola não sabia lidar com a questão efetiva da não aprendizagem do aluno, além da má qualidade do seu ensino. A

repetência, nesse sentido, vinha como uma transferência de culpa da escola para os alunos. Repetência, em sua essência, está intrinsicamente ligada à missão da escola, seu contexto e seus resultados espelhados diretamente no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Estudada desde o século XX, a repetência, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, passou a ser um fator relevante quando mensurada a qualidade do ensino ofertado pelas escolas. As estatísticas que vem sendo realizadas desde os anos 90 apontam que existe cerca de 35,6 milhões de repetentes no ensino fundamental em todo o mundo, tendo uma ocorrência maior nos países subdesenvolvidos.

Para Paiva (1997), muitos países ainda não se deram conta da importância que a repetência representa na oferta do ensino para os alunos, assim como outros já apontam inúmeras medidas e diagnósticos para o combate desse resultado escolar. Além disso, é comum que alguns países omitam fatos reais sobre sua repetência escolar. Por se tratar universalização do ensino fundamental, a preocupação está direcionada somente aos dados da matrícula, e não na efetivação do conteúdo e do ensino aos alunos, tampouco sobre sua permanência ou evasão.

Conforme Torres (2004) afirma em sua obra, a crescente e cada vez mais evidente repetência indica a necessidade de uma maior atenção ao problema, assim como na análise para que esse processo seja revertido a curto e médio prazo. É preciso questionar sobre a compreensão que os profissionais da educação e os familiares possuem acerca da repetência, para que ambos caminhem juntos em sua redução. Mediante uma revisão minuciosa e profunda, e com a implementação de políticas e reforma educacional, é possível compreender e entender a repetência, assim como os motivos que a causam, modificando, dessa forma, a sua representação de um ensino fraco e que não atende à demanda da sociedade.

As soluções que vêm sendo dadas a questão da repetência são no sentido de diminuir o seu efeito e tem como principal foco o aluno, nunca o ambiente escolar, e sendo oferecido uma educação compensatória, como o aumento das horas do aluno na escola, um programa de desenvolvimento infantil para preparar as crianças para a iniciação às primeiras séries, reforço escolar, etc.

Alguns países, assim como o Brasil, adotaram a aprovação automática como mecanismo para acabar com a repetência. De acordo com Paiva (1997), esse instrumento oferece, em sua grande maioria, um tempo maior para que os alunos consigam apreender o conhecimento, além de evitar a rotulação antecipada acerca da capacidade deles. Porém, esse sistema automático de aprovação possui críticas, principalmente no que diz respeito a não criação de medidas que auxiliem os alunos que possuem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Fora essa problemática, muitos pais não concordam com esse processo, pois entendem que o filho, mesmo sem conseguir apreender o conhecimento pertinente ao currículo escolar, será promovido para o ano escolar seguinte. Esse tipo de raciocínio fez com que muitos países desistissem da aplicação da promoção automática, haja vista que existe coerência nessa argumentação. Sem o conhecimento básico da fase atual, não seria possível acompanhar a fase escolar seguinte, acumulando, dessa forma, conteúdos escolares incompletos (TORRES, 2004)

A repetência escolar também é um dos motivos que provocam a evasão escolar ou a desistência do aluno em continuar na escola. Muitos deles procuram, tardiamente, voltar a estudar depois de adulto, resgatando, assim, o conteúdo escolar e garantindo a formação no sistema educacional obrigatório do país. Nessa esfera, a Educação de Jovens e Adultos vem como um instrumento reparador da deficiência existentes no ensino regular, reinserindo, dessa forma, os adultos em sociedade mediante uma formação plena educacional.

4 Políticas Públicas e Programas Nacionais de Alfabetização

Desde o seu descobrimento, conforme apontado no decorrer deste trabalho, o Brasil sofre com o problema do analfabetismo, promovendo, de acordo com as necessidades e demandas da sociedade vigente, programas voltados para a erradicação desse cenário no país, principalmente no século XX por causa da redemocratização da Educação.

Segundo Braga (2014), simultaneamente aos programas voltados para a alfabetização que surgiram no país ao longo do tempo, tais como o Mobral, em 1968, Educar em 1985, PNAC, em 1990, entre outros, diversos movimentos sociais surgiram em prol da alfabetização e da erradicação do analfabetismo no

país, que foram tão importantes ou mais significativos que os próprios programas e políticas publicadas da área.

De acordo com Boeing et. al. (2015), a necessidade de se fazer um Brasil voltado de fato para a democracia, com a participação de todos frente aos bens e serviços, deixou em voga a urgência do problema do analfabetismo, o que resultou na criação de forças sociais para suprir a ineficiência do Estado frente à alfabetização da população, conforme resumido no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Movimentos Sociais em prol da Alfabetização no Brasil

Ano	Movimento	Objetivos
1960	Liga Brasileira Contra o Analfabetismo	Alfabetizar por meio da utilização de métodos de aprendizagem.
1961	De Pé no Chão também se Aprende a Ler	Alfabetização de Adultos
1967	Movimento Brasileiro de Alfabetização	Alfabetização de Jovens e Adultos
1985	Fundação educar	Promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais.
1997	Programa de Alfabetização Solidária	Agir na alfabetização de jovens e adultos em todo o país.
1999	Parâmetros Curriculares Nacionais	Sugestão de formação continuada dos professores por meio de um referencial de qualidade do ensino fundamental em todo país.
2001	Programa de Formação de Professores Alfabetizadores	Dividido em três módulos, cada um deles é definido um conjunto de capacidades que devem ser desenvolvidas pelos professores ao longo do curso.

2003	Programa Brasil Alfabetizado	Alfabetização de jovens, adultos e idoso
2008	Pró-Letramento	Políticas de educação continuada de professores.
2012	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic)	Compromisso firmado entre União, estados e municípios brasileiros, para atingir, o objetivo de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade.

Fonte: Desenvolvida pela aluna.

Conforme apontado no Quadro 1, os inúmeros movimentos que surgiram em consonância às políticas públicas voltadas para a alfabetização tinham objetivos distintos, sendo uns voltados para a alfabetização em si, outros para a preparação do educador de maneira objetiva para sanar o analfabetismo no país.

Segundo os programas listados, percebe-se que a cada mudança de governo eram criadas novas ações e políticas voltadas para a alfabetização e, conseqüentemente, erradicação do analfabetismo. Entretanto, a grande maioria desses programas tinha como objetivo somente o de elevar a qualidade da mão-de-obra e contribuir para o desenvolvimento do país, não tendo o crescimento do indivíduo como foco, haja vista que o analfabetismo era um problema social crônico para o país, aspecto que se modificou no fim do século XX e início do século XXI.

Após o Programa de Alfabetização Solidária, em 1997, o Brasil apresentava um cenário ainda elevado de analfabetismo. No ano de 2000, dos 30 milhões de alunos matriculados na escola pública no ensino fundamental, cerca de 3 milhões foram reprovados e o restante eram “submetidos a um processo educacional miserável do ponto de vista do capital cultural clássico historicamente acumulado pela humanidade, [...] coroando um século de reformas malsucedidas e de políticas educacionais ineficientes” (FERREIRA JR, 2010, p. 109).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, segundo Souza (2015), as reformas educacionais implantadas referiam-se principalmente “à organização escolar, à redefinição dos currículos, à avaliação, à gestão e ao seu financiamento. Especialmente na educação básica, as mudanças realizadas

redefiniram sua estrutura”, modificações essas postuladas através da Lei nº 9.394 de 1996, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No ano de 2003, o PT – Partido dos Trabalhadores conquistou a Presidência da República com Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), com o lema “Brasil, um país de todos”, políticas públicas sociais e educacionais foram implantadas. De acordo com Souza (2015), esse governo foi marcado pelo crescimento econômico, refletidos na queda dos índices de desemprego, que em 2003 era de 11,3% e em 2010 caiu para 6,1%, considerado o menor índice da história do país até então, e com a queda dos índices de pobreza extrema, que reduziu de 11,49% em 2005 para 7,28% em 2009. Da mesma forma, os índices de pobreza que reduziu de 30,82% em 2005 para 21,42% em 2009.

Segundo os estudos de Ferreira Jr. (2010), vários são os fatores envolvidos para a queda do índice de pobreza, entre eles está o crescimento econômico, a ampliação do mercado de trabalho e a implantação de políticas públicas voltadas para este público, como o Programa Bolsa Família e o crescimento real do salário mínimo e da massa salarial em geral. Pode-se destacar como importantes políticas públicas educacionais de erradicação do analfabetismo na sociedade vigente para a alfabetização de pessoas de idade avançada ou fora da faixa etária reconhecida como a certa, como o Programa Brasil Alfabetizado.

4.1 Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2003, tendo como objetivo principal o de reduzir as elevadas taxas de analfabetismo que existia na população com faixa etária de 15 anos e mais. De acordo com Braga (2014), o programa atende, de uma maneira geral, todos os jovens e adultos que não sabem ler e escrever, independentemente do motivo que causou essa situação.

O PBA é um programa que atende o país em sua totalidade, tendo uma gestão descentralizada, ou seja, os municípios pleiteiam as verbas para a adoção do programa junto ao MEC e de maneira direta, sem que haja a necessidade de ocorrer a participação de qualquer outro órgão público. Segundo Boieng et. al. (2015), o montante disponibilizado pelo MEC aos municípios segue

uma fórmula padrão, ou seja, leva-se em consideração o plano municipal de educação da cidade que está solicitando a verba para a adoção do PBA.

Ao proporcionar novas oportunidades de estudo e de alfabetização aos jovens e aos adultos, o PBA, de acordo com Braga (2014), permite que o governo consiga sanar suas deficiências na esfera da Educação, promovendo, assim, um sistema de ensino mais efetivo e significativo para a população.

Por sua composição de trabalho, o PBA é um curso que tem a duração de 8 meses e cerca de 320h de aula. Além disso, segundo dados de Braga (2014), o programa tem no máximo 25 alunos por sala e é ofertado em qualquer tipo de área, seja ela urbana ou rural. Ainda de acordo com o autor referido, o Programa Brasil Alfabetizado oferece incentivos financeiros para que membros da comunidade ou professores que tenham experiência em ensinar o público-alvo do Programa participem da iniciativa. De fato, existe uma bolsa de R\$400,00, que é oferecida àqueles que se voluntariam a participar do Programa como professores. Em contrapartida à bolsa, espera-se que o professor lecionem 10 horas de aula por semana.

Considerações Finais

De acordo com as pesquisas utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho, percebe-se que o analfabetismo, ainda que exista em números elevados por todo o país, é um tema de pouco conhecimento por parte dos indivíduos, na qual acreditam ser analfabetos somente os que não conseguem decodificar um texto escrito ou até mesmo escrever.

Para facilitar a compreensão acerca do tema, procurou-se elencar as principais definições sobre o analfabetismo, assim como descrever as diferentes abordagens que cercam o tema, como o analfabetismo funcional que se refere ao ato de não conseguir compreender e entender o texto lido, ainda que o indivíduo saiba decodificar e escrever.

Por meio dessa diferenciação, procurou-se descrever os motivos que provocam uma elevada evasão escolar, assim como uma elevada taxa de analfabetismo no Brasil, apontada por meio de tabelas advindas pelo censo do IBGE em 2015. Nesses dados, verificou-se que existe uma relação entre o analfabetismo e as regiões que possuam uma condição melhor nas esferas econômicas e sociais, o que permite uma melhor compreensão acerca da

importância de se existir políticas mais efetivas nas regiões mais carentes do país.

Ao descrever o acesso às escolas e a contextualização histórica da Educação no Brasil, ressaltou-se que a educação, ao longo do tempo, tinha o único propósito de atender as demandas da sociedade vigente em relação ao trabalho, ou seja, a Educação era somente para preparar os indivíduos para a efetivação de uma mão-de-obra qualificada de acordo com as necessidades industriais e organizacionais.

Todos esses fatores acabaram contribuindo para o analfabetismo existente na sociedade vigente, haja vista a ineficácia da Educação ao longo dos tempos, assim como das inúmeras políticas públicas para alfabetização que surgiram sem conseguir modificar o cenário do analfabetismo no Brasil. No decorrer deste trabalho, pontuou-se, também, alguns dos principais movimentos sociais que existiram em prol da alfabetização ao mesmo tempo em que as políticas se mostravam ineficientes. No entanto, sem ter como custear as atividades financeiramente, os movimentos acabaram se extinguindo sem conseguir, também, resultados satisfatórios.

No entanto, percebe-se que se o Brasil quiser de fato se tornar um país desenvolvido do ponto de vista social, econômico, político e cultural, mesmo que dentro dos estreitos limites impostos pelo sistema capitalista, será preciso enfrentar o problema do analfabetismo entre jovens e adultos de forma bastante diferente do que sido feito até agora.

Assim sendo, frente ao exposto, conclui-se que é necessário muito mais que políticas públicas para a erradicação do analfabetismo no Brasil. É de extrema relevância que exista de fato um comprometimento por parte dos órgãos públicos no que se refere à oferta de uma educação de qualidade desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, além de todos os mecanismos necessários para que os educadores consigam ofertar uma aprendizagem de qualidade e significativa para que os alunos consigam de adaptar e estejam apto à vivência em sociedade.

Referências

ALMEIDA, V. F. A importância do letramento nas séries iniciais. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 204-218,

2014. Disponível em:

<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/su-mario/31/04042014074426.pdf>. Acesso em: 4 maio 2018.

AURÉLIO. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2014. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/analfabeto>>. Acesso em: 16 maio 2018.

BOEING, R. F. R. et. al. **Políticas e Programas de Erradicação do Analfabetismo no Brasil nas últimas Quatro Décadas**. 2015. Disponível em: <http://www.educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21016_8895.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

BRAGA, A. C. **O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: uma análise do Programa Brasil Alfabetizado no Município de Araraquara/SP**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014. Disponível em: <http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3441.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 2 maio 2018.

BRITO, L. P. L. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

CUNHA, C. A pedagogia no Brasil. In: LARROYO, F. **História geral da pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

DIGIACOMO, M. J. **Evasão Escolar: não basta comunicar e as mãos lavar**. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/artigos/evasao_escolar_murilo.pdf>. Acesso em: 1 maio 2018.

FERREIRA JR., A. **História da educação brasileira: da colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

IBGE. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica** 2015. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

IBGE. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>>. Acesso em: 4 maio 2018.

INAF. Instituto Paulo Montenegro. **Ação Social do Ibope**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/inaf>>. Acesso em: 6 maio 2018.

PAINI, L. D. et al. **Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/202/150>>. Acesso em: 10 maio 2018

PAIVA, R. **Educação Popular: educação de adultos**. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, L. J. G. et. al. Um olhar retrospectivo sobre a produção do GT Educação de Jovens e Adultos entre 1998-2008. **Revista Anual da Anped**. n. 31, 2008. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/gt18/?q=book/export/html/214>>. Acesso em: 12 maio 2018.

SOARES, M. **O que é letramento e alfabetização**. PIBID/UNIFRA LETRAS. 2011. Disponível em: <<http://m.pibidletrasunifra.webnode.com.br/news/o%20que%20e%20letramento%20e%20alfabetizacao%20-%20magda%20becker%20soares%20/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SOUZA, R. M. **Analfabetismo no Brasil**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Pará de Minas – FAPAM, Pará de Minas, 2015. Disponível em: <http://fapam.web797.kinghost.net/admin/monografiasnupe/arquivos/19072016191430Renata_Sousa.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

TORRES, R. M. Repetência Escola: Falha do aluno ou Falha do Sistema? In: Gil Carlos Hernandez. MARCHESI. (org). **Fracasso Escolar uma Perspectiva Multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

UNESCO. Representação da Unesco no Brasil. **Educação para Todos**. 2014. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-2030/education-for-all/>>. Acesso em: 12 maio 2018.